

--- N.º 1/2020 ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE VINTE E OITO DE FEVEREIRO DE DOIS MIL E VINTE.-----

--- Aos vinte e oito dias do mês de fevereiro de dois mil e vinte, nesta cidade de Vila Nova de Famalicão, reuniu, ordinariamente, no seu salão, a Assembleia Municipal deste concelho, com a seguinte:-----

-----**ORDEM DE TRABALHOS**-----

---**PRIMEIRO PONTO** – INFORMAÇÕES DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL SOBRE A ATIVIDADE DA MESMA. (GRELHA D)-----

---**SEGUNDO PONTO** – DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL 1ª ALTERAÇÃO ORÇAMENTAL MODIFICATIVA, NOS TERMOS E PARA OS EFEITOS DO DISPOSTO NA ALÍNEA A) DO N.º 1 ARTIGO 25º DO ANEXO 1 DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO, TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. (GRELHA E)-----

---**TERCEIRO PONTO** – DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE CONTRATUALIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMO, ATÉ AO MONTANTE DE 436.217.86€, REABILITAÇÃO DO ESPAÇO PÚBLICO E REQUALIFICAÇÃO DOS EQUIPAMENTOS DO BAIRRO DA CAL, NOS TERMOS E PARA OS EFEITOS DO DISPOSTO NA ALÍNEA F) DO N.º 1 ARTIGO 25º DO ANEXO 1 DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO, TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. (GRELHA E) -----

---**QUARTO PONTO** – DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE CONTRATUALIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMO, ATÉ AO MONTANTE DE 689.000,23€, REDE URBANA PEDONAL E CICLÁVEL-ETAPA 1 (INTRAURBANA) FASE 1, NOS TERMOS E PARA OS EFEITOS DO DISPOSTO NA ALÍNEA F) DO N.º 1 ARTIGO 25º DO ANEXO 1 DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO, TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. (GRELHA E)-----

---**QUINTO PONTO** – DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE EMPREITADA DESIGNADA “ REABILITAÇÃO DO BAIRRO SOCIAL DA CAL, UNIÃO DAS FREGUESIAS DE VILA NOVA DE FAMALICÃO E

CALENDÁRIO”- DECISÃO DE NOVA ADJUDICAÇÃO, TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. (GRELHA E)-----

---SEXTO PONTO – DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE ABERTURA DE PROCEDIMENTO DE CONCURSO PÚBLICO, COM PUBLICIDADE INTERNACIONAL-SERVIÇO DE COMUNICAÇÕES FIXAS E DE DADOS, PELO PERÍODO DE TRÊS ANOS E ATÉ AO MONTANTE GLOBAL ESTIMADO DE 550.000,00€, TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. (GRELHA E) -----

---SÉTIMO PONTO – DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PARA A NECESSÁRIA E DEVIDA ASSUNÇÃO DO COMPROMISSO PLURIANUAL RELATIVAMENTE À ATRIBUIÇÃO DE APOIO FINANCEIRO NO MONTANTE DE 92.000,00€ (NOVENTA E DOIS MIL EUROS), OBRAS DE REABILITAÇÃO DO EDIFÍCIO DA ANTIGA ESCOLA PRIMÁRIA EB1 DE LAGOÇOS, FREGUESIA DE BAIRRO, TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. (GRELHA E)-----

---OITAVO PONTO – DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE RETIFICAÇÃO AO MAPA DE PESSOAL DO MUNICÍPIO PARA O ANO DE 2020, CONFORME MAPA ANEXO, TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. (GRELHA E)-----

---NONO PONTO - DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL PARA NOMEAÇÃO DOS JÚRIS PARA OS PROCEDIMENTOS CONCURSAIS PARA CARGOS DE DIREÇÃO INTERMÉDIA DE 3º GRAU, PARA OS RESPETIVOS SERVIÇOS:- FISCALIZAÇÃO; PROTEÇÃO DE DADOS; APOIO PEDAGÓGICO E INOVAÇÃO EDUCATIVA; PLANEAMENTO E GESTÃO EDUCATIVA; INFRAESTRUTURAS AMBIENTAIS; SUSTENTABILIDADE URBANA E REABILITAÇÃO URBANA, TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. (GRELHA E)-----

---DÉCIMO PONTO - DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL PARA ATRIBUIÇÃO DE DESPESAS DE REPRESENTAÇÃO AO

COORDENADOR MUNICIPAL DE PROTEÇÃO CIVIL, TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. (GRELHA E)-----

---**DÉCIMO PRIMEIRO PONTO** - DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE DESAFETAÇÃO DE PARCELA DE TERRENO COM A ÁREA DE 244M² AFETA AO DOMÍNIO PÚBLICO E AFETAÇÃO AO DOMÍNIO PRIVADO DO MUNICÍPIO, DECORRENTE DA ALTERAÇÃO DO LOTEAMENTO COM ALVARÁ Nº15/1997, SITA NO LUGAR DE BERREDO, RUA 25 DE ABRIL DA FREGUESIA DE MOGEGE, TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. (GRELHA E)-----

---**DÉCIMO SEGUNDO PONTO** - DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE EXTINÇÃO, POR DISSOLUÇÃO, DA AMAVE - ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS DO VALE DO AVE - RATIFICAÇÃO DA DELIBERAÇÃO DA ASSEMBLEIA INTERMUNICIPAL DAQUELA ASSOCIAÇÃO, DATADA DE 10 DE DEZEMBRO DE 2019, TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. (GRELHA E)-----

--- A Mesa, presidida por Luís Ângelo Rodrigues Oliveira e secretariada por Heitor Rui Santos Bernardo e Rita Sangreman Proença Pires de Lima, verificou a existência de "quorum" e assinalou as seguintes presenças e faltas:-----

---ADELINO SANTOS OLIVEIRA-----

---ADELINO SILVA COSTA ---**FALTOU**-----

---AGOSTINHO SILVA VEIGA -----

---ÁLVARO JOAQUIM COSTA OLIVEIRA -----

---ANA FILIPA FERNANDES OLIVEIRA -----

---ANDRÉ FILIPE FERREIRA DOS REIS -----

---ANDREIA FERREIRA TAVARES -----

---ANTÓNIO AFONSO ARAÚJO REBELO -----

---ANTÓNIO ALBERTO SIMÕES COSTA-----

---ANTÓNIO EMÍDIO BRANDÃO PINHO-----

---ANTÓNIO FERNANDO SANGUEDO MEIRELES -----

---ANTÓNIO JACINTO COELHO COSTA---**FALTOU** -----

---ANTÓNIO JORGE VIEIRA AMARAL-----
---ANTÓNIO JOSÉ BRAGA OLIVEIRA-----
---ANTÓNIO MANUEL CARVALHO GOMES--- **FALTOU-JUSTIFICOU**-----
---ARMINDO FERNANDES GOMES-----
---ARMINDO MANUEL SAMPAIO MOURÃO-----
---AVELINO FREITAS SILVA-----
---BERNARDINO GOMES MARTINS-----
---CÂNDIDA JESUS DA SILVA VELOSO-----
---CARLA SOFIA SANTANA A. RIBEIRO FARIA-----
---CARLOS ALBERTO COSTA GOMES-----
---CARLOS ALBERTO DA COSTA FERNANDES-----
---CARLOS ALBERTO COSTA PEREIRA-----
---CATARINA ISABEL ROCHA MACHADO-----
---CECÍLIA MARIA CARVALHO MARTINS-----
---DANIEL RIBEIRO PADRÃO SAMPAIO-----
---DELFINO FERNANDO MACHADO ABREU-----
---DOMINGOS PEREIRA PEIXOTO-----
---DUARTE ANTENOR SILVA VEIGA-----
---FERNANDO JORGE FERREIRA SILVA-----
---FRANCISCO JOSÉ NOGUEIRA GONÇALVES-----
---FRANCISCO RODRIGUES SÁ-----
---GERMANO ANTONIO DA SILVA ARAÚJO-----
---HEITOR RUI SANTOS BERNARDO-----
---HELDER JOAQUIM FERNANDES PEREIRA-----
---JOANA ISABEL GONÇALVES SANTOS SILVA-----
---JOÃO CARLOS PEREIRA ALVES FERREIRA-----
---JOÃO PEDRO SAMPAIO DE ARAÚJO-----
---JORGE PAULO SILVA OLIVEIRA-----
---JOSÉ CARLOS SILVA LIMA-----
---JOSÉ JOAQUIM SOUSA GONÇALVES PEREIRA-----

---JOSÉ NUNO MARQUES MOREIRA -----
---JUDITE CELESTE RIBEIRO COSTA -----
---LÚCIA ALEXANDRA ABREU SILVA -----
---LUÍS ÂNGELO RODRIGUES OLIVEIRA-----
---LUÍS FERNANDO ANDRADE MONIZ-----
---MANUEL ANTÓNIO SOARES CORREIA DE PAIVA -----
---MANUEL FRANCISCO CARVALHO OLIVEIRA-----
---MANUEL JOAQUIM FARIA SILVA -----
---MANUEL JOAQUIM RODRIGUES CARVALHO -----
---MANUEL NOVAIS OLIVEIRA-----
---MANUEL SILVA ALVES-----
---MÁRCIA FILIPA RORIZ NUNES -----
---MARIA ADELINA ORTIGA CASTRO-----
---MARIA ESTELA SÁ VELOSO CARDONA-----
---MARIA FÁTIMA FERNANDES COSTA -----
---MÁRIO AUGUSTO SOUSA MONTEIRO SILVA-----
---PAULA ROSA GOMES PEIXOTO DOURADO-----
---PAULO AGOSTINHO FARIA COSTA MARQUES FOLHADELA-----
---PAULO CÉSAR GONÇALVES MARINHO PINTO -----
---PAULO JORGE BARBOSA OLIVEIRA -----
---PAULO MANUEL MARQUES DA COSTA-----
---PEDRO TIAGO SILVA OLIVEIRA-----
---RICARDO JOSÉ MESQUITA CARVALHO COSTA -----
---RITA SANGREMAN PROENÇA PIRES DE LIMA-----
---RUI PEDRO PACHECO ALVES -----
---SUSANA MARIA COSTA PEREIRA-----
--- Verificado o quórum deu-se início à sessão com o período de: -----
-----**ANTES DA ORDEM DO DIA**-----
---**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL EM EXERCÍCIO (LUÍS**
ÂNGELO OLIVEIRA) -----

--- Informou que, por impedimento profissional, o senhor Presidente da Assembleia Municipal, Dr. Nuno Melo, não podia estar presente nesta sessão, pelo que solicitou à bancada do CDS-PP que indicasse uma pessoa para completar a Mesa da Assembleia Municipal. -----

--- Colocou à discussão e votação a ata da Assembleia Municipal de vinte e nove de novembro de 2019. -----

--- Não havendo inscrições para discussão, passou-se de imediato à sua votação: -----

--- ***Posta à votação a ata da sessão da Assembleia Municipal de vinte e nove de novembro de 2019, foi a mesma aprovada por unanimidade.*** -----

--- Informou que, deu entrada na Mesa um voto de saudação apresentado pelo Grupo Municipal da CDU, um voto de pesar apresentado pelo Grupo Municipal do Partido Socialista, uma moção e uma proposta apresentadas pelo Grupo Municipal do Bloco Esquerda e dois votos de pesar apresentados pelo Grupo Municipal do Partido Social Democrata. -----

---**DANIEL SAMPAIO (CDU)** - Fez a leitura do voto de saudação que é do seguinte teor: -

---“Viva o 8 de Março - Dia Internacional da Mulher”-----

--- Brevemente, assinala-se o 8 de Março - Dia Internacional da Mulher. Com ações que se repetem em todo o mundo - em Portugal desde que a Revolução de Abril instaurou a Liberdade e a Democracia, o importante papel desenvolvido pelas mulheres na sociedade é reconhecido e valorizado, seja na vertente do trabalho enquanto trabalhadoras, quer como cidadãs no uso do seu pleno direito político e, enquanto mães, por serem parte fundamental na estruturação familiar, condições necessárias para que possam viver, trabalhar e participar em igualdade, em todas as esferas da vida, no inalienável direito de se assumirem como protagonistas das mudanças que desejam para as suas vidas. Destacam-se positivamente, embora de modo ainda insuficiente, o alcance de direitos por parte das mulheres - não antes considerados - que num curto prazo permitiu a eliminação de muitas discriminações, sobretudo por consagração da Igualdade na lei, facto que confere as condições para levarem por diante a transformação da sua condição e estatuto social. Porém, a continuação de muitas discriminações, assentes na precariedade laboral, na manipulação e desregulação dos horários, na prática de baixos salários, na negação dos direitos de maternidade e paternidade,

e nas dificuldades que afetam o seu enquadramento socio-laboral quando resolvem ter filhos e cuidar deles, impõem que as mulheres continuem a exigência e luta, de modo a eliminar as desigualdades que ainda persistem. A Igualdade é uma luta de todos os dias, refletida na intervenção das mulheres na exigência da valorização do seu trabalho - incluindo as tarefas domésticas -, pela igualdade dos seus salários, dos horários de trabalho, dos direitos, liberdades e garantias; pela conciliação do trabalho com a vida familiar e pessoal; pela eliminação da precariedade e de todas as formas de violência, assédio e discriminação - que assumem uma expressão particular nas mulheres trabalhadoras. Facto gritante é a sua exposição à violência doméstica, que torna urgente que sejam tomadas medidas de prevenção e combate a este tipo de violência, exigindo-se do Estado um competente desempenho das obrigações que lhe incumbem, centradas na defesa da vida dos seus cidadãos - mulheres e homens -, de modo a pôr cobro ao reiterado ataque à sua dignidade e integridade física. É nesta linha que a continuação da luta das mulheres assume um papel determinante em defesa dos seus direitos, e definição de um novo rumo para o País. -----

--- A CDU saúda, solidariamente, todas as mulheres que lutam pela Igualdade e futuro digno!-----

---**MÁRCIA NUNES (PS)** - Fez a leitura do voto de pesar que é do seguinte teor:-----

--- “Foi com grande pesar que tomámos conhecimento do falecimento do Senhor Américo Dias Ferreira, no transato dia 17 de janeiro de 2020. O Senhor Américo era uma personalidade impar, amplamente reconhecida na comunidade famalicense. Nasceu em 20 de janeiro de 1939 na freguesia da Carreira deste concelho, freguesia onde, indubitavelmente, deixou a sua marca pela sua dedicação à causa pública e à comunidade da sua terra. Foi presidente da Comissão Administrativa da Junta de Freguesia após a revolução de 25 de abril de 1974, pois era um cidadão ativo e participativo na vida pública. Em 12 de setembro de 1976, na senda das primeiras eleições autárquicas livres e democráticas, foi eleito Presidente da Junta de Freguesia. E nessa sequência dedicou um longo percurso da sua vida à sua terra, tendo sido Presidente da Junta de Freguesia até 1998. Nessa medida, foi um Homem que sempre assumiu dar o melhor de si, em nome do seu partido e da sua terra, e exerceu as suas funções até ao limite, modificando de forma permanente e positiva a vida dos seus concidadãos. Teve um papel preponderante no tecido associativo da sua terra,

traduzida na fundação da Direção do Grupo Desportivo da Carreira e do rancho Folclórico da Flor do Monte São Tiago da Carreira. Foi-lhe atribuída uma medalha de mérito municipal autárquico por deliberação em reunião da Câmara Municipal em 18 de junho de 1990. Desta feita, por todo o seu percurso e dedicação à causa pública, com um importante legado para a União de Freguesias de Carreira e Bente, bem como, para o concelho de Vila Nova de Famalicão, os deputados municipais do Partido Socialista propõe que se delibere na presente reunião da Assembleia Municipal: -----

---**PAULO COSTA (BE)** - Fez a leitura da moção que é do seguinte teor: -----

--- “Saudação à greve feminista internacional de 8 de março” -----

--- Considerando que: -----

--- O dia 8 de março, dia internacional das mulheres, é um dia de luta histórica para a condição humana em todo o mundo; Depois de várias décadas de luta, as discriminações de género persistem, quer no mundo do trabalho, quer na dupla jornada de trabalho que resulta do maior peso das tarefas domésticas sobre as mulheres; É também reconhecido que não é indiferente a cor da pele, o lugar de proveniência, de residência e a orientação sexual das mulheres, pois é precisamente entre as mulheres negras e emigrantes que estes problemas se agravam, nomeadamente com contratos precários e sem direitos e onde existe mais racismo e xenofobia; A Greve Feminista surge de uma proposta feita pelo movimento feminista internacional, que convoca uma greve de mulheres, em defesa dos seus direitos como forma de mobilização contra a violência, a desigualdade e os preconceitos; Além do seu carácter internacional, a Greve Feminista é uma greve social. O seu centro é a realidade das mulheres, na vida concreta. Pretende dar visibilidade aos trabalhos não contabilizados, nomeadamente os cuidados informais e domésticos, realizados esmagadoramente por mulheres. A suposta igualdade social que as mulheres alcançaram, revela-se assim incompleta e, em alguns casos completamente ilusória; As mulheres são as protagonistas desta mobilização, mas é essencial que nela esteja envolvida toda a comunidade. Pelo mundo, as mulheres têm tomado as ruas neste dia, marcando-o como um dia de luta, mobilização, reivindicação e resistência. Em Portugal, entramos no terceiro ano consecutivo de organização desta Greve. É imperativo que aqui, nesta Assembleia, as nossas vozes se

juntem a esta luta contra todas as injustiças, desigualdades e opressões que as mulheres por todo o mundo sofrem, sejam elas a nível económico, racial, jurídico, sexual ou cultural. -----

---**PAULO COSTA (BE)** - Fez a leitura da proposta que é do seguinte teor: -----

--- “ A Lei nº 50/2018, de 16 de agosto que estabeleceu o quadro de transferências para as autarquias locais através de diplomas sectoriais do governo, prevê no seu artigo 4º que tal transferência será obrigatoriamente concretizada até 1 de janeiro de 2021. Nos termos da Constituição, a descentralização administrativa tem que se traduzir numa justa repartição de poderes entre o Estado e as autarquias locais, no reforço da coesão territorial e social e na garantia de aplicar políticas públicas que respondem melhor aos problemas das pessoas; Sucede que um número muito expressivo de autarcas tem vindo a manifestar publicamente discordâncias com o conteúdo, a extensão e o funcionamento (insuficiente) do processo em curso e com qualquer desresponsabilização do Estado nas funções sociais de âmbito universal como a educação, saúde e cultura; Neste sentido se pronunciaram muitos autarcas no recente Congresso da Associação Nacional de Municípios Portugueses e noutras iniciativas em que a temática da transferência de competências foi objeto de apreciação; Acresce que as transferências de competências já definidas em diplomas sectoriais e a respetiva afetação de recursos não tem tido em conta a diversidade dos meios e estruturas municipais e as desiguais possibilidades de prestação de serviços públicos locais com a universidade, igualdade e qualidade que a Constituição prevê e as pessoas exigem; Serão assim agravadas as assimetrias territoriais. Apenas um sexto dos municípios terão assumido todas as competências já definidas em diplomas sectoriais, apenas cerca de um terço dos municípios aceitaram competências na área da educação e menos de um quinto dos municípios do continente assumiram novas competências no domínio da saúde. -----

---**ÁLVARO OLIVEIRA (PSD)** - Fez a leitura do voto de pesar que é do seguinte teor: ----

“O Grupo Municipal do Partido Social Democrata da Assembleia Municipal de Vila Nova de Famalicão, propõe o seguinte voto de pesar: -----

A 15 de Janeiro de 2020, faleceu Antero Alexandre Castro Martins, cidadão exemplar, eminente empresário e autarca proeminente. Enquanto cidadão demonstrou durante a sua vida uma conduta exemplar e digna, sendo conhecido pela sua intervenção social de reconhecido mérito cívico. Enquanto empresário soube desenvolver uma estrutura sólida,

moderna e consistente no âmbito da indústria das madeiras, que se impôs no sector como modelo de referência. Na vertente pública, foi um autarca exemplar, que deixou obra indelével, e uma marca de dedicação ao serviço público. Foi eleito Vereador da Câmara Municipal do Concelho de Vila Nova de Famalicão a 12 de Dezembro de 1976, nas primeiras eleições autárquicas livres após o 25 de Abril de 1974. A 16 de Dezembro de 1976, foi eleito Presidente da Câmara Municipal, cargo que ocupou até Janeiro de 1983. Enquanto Presidente da Câmara foi autor de importantes e relevantes investimentos no âmbito das infraestruturas básicas nas áreas da rede viária, da rede de saneamento de águas residuais e na área da habitação. É no seu mandato que se tomam medidas essenciais no âmbito do planeamento urbanístico e territorial, de entre as quais se destacam a Revisão do Plano Geral de Urbanização e a elaboração de propostas ao Plano Parcial de Urbanização da zona norte de Vila Nova de Famalicão, e, ainda, entre outros, da delimitação dos perímetros dos aglomerados das freguesias. No exercício de tais funções, granjeou o respeito de todos quantos com ele lidavam, respeito esse decorrente da sua postura leal, cordata e empenhada na causa pública. Foi também um destacado membro do Partido Social Democrata, sendo que no exercício das lides político partidárias foi admirado por companheiros e adversários políticos, que nele reconheciam a seriedade e a frontalidade das suas convicções. Por força da sua postura, foi pois merecedor da atribuição da Medalha de Mérito Municipal Autárquico, tendo este executivo municipal decretado luto municipal aquando do seu falecimento”-----

---**PAULA DOURADO (PSD)** - Fez a leitura do voto de pesar que é do seguinte teor: -----

“O Grupo Municipal do PSD manifesta o seu profundo pesar pelo falecimento do Senhor Dr. Manuel Machado Sá Marques, ocorrido no passado dia 4 de fevereiro de 2020, em Almada, com 96 anos de idade. Neto do Dr. Bernardino Machado, "ilustre filho" da Terra e Presidente da República, nascido em Lisboa, a 7 de julho de 1923, foi médico, investigador, escritor e antifascista. Cidadão que participou ativamente nos movimentos sociais e políticos, de uma enorme generosidade, foi também um benemérito do Museu Bernardino Machado, doando ao nosso Município um espólio importantíssimo que em muito enriquece o acervo do Museu. Com a sua morte, o Museu Bernardino Machado e o nosso Município ficarão mais pobres”.-----

---**PAULO PINTO (PS)** - Só muito rapidamente, relativamente a este voto, que julgo que é recomendação do bloco de esquerda, relativamente às competências, achamos que neste momento já não faz grande sentido, visto que a ministra e governo acabaram de dizer recentemente que aceitavam em adiar esta decisão para o primeiro trimestre de dois mil e vinte e dois. Portanto, o que se está aqui a pedir, o governo já assumiu isso. Acho que deixa de fazer sentido estarmos a votar um voto destes. -----

---**JORGE OLIVEIRA (PSD)** - Relativamente à proposta ou à recomendação do bloco de esquerda que pugna pelo adiamento da data de um de janeiro de dois mil e vinte e um, a partir da qual como sabemos, autarquias locais estão obrigadas a receber a transferência de competências da administração central, eu julgo que era importante aqui explicar o que aqui se passou, ou reforçar aquilo que aqui se passou. Em dois mil e dezoito o parlamento aprovou a Lei-quadro da descentralização de competências que obrigava o governo a apresentar até ao final de julho desse ano, de dois mil e dezoito, os vinte e três diplomas sectoriais de forma a que, até ao dia quinze de setembro desse mesmo ano as Assembleias Municipais, as Câmaras Municipais pudessem pronunciar-se se aceitavam ou não. Sendo que, a partir de dia um de janeiro de dois mil e vinte e um, independentemente da vontade expressa da sua aceitação ou não, a mesma lhe seria imposta. Pois bem, nós estamos a dez meses do dia um de janeiro e ainda há diplomas sectoriais por aprovar, nomeadamente da ação social e saúde, proteção e saúde alimentar. E aqueles que foram aprovados, como todos se recordam e nós já os debatemos aqui, foi sempre a conta-gotas, ora vinha um, depois vinha outro, depois vinha outro mais à frente, a conta-gotas sem previsão dos recursos financeiros e humanos que lhe estariam alocados a cada uma dessas matérias a transferir para as Autarquias Locais e na maioria dos casos sem dados complementares que possibilitariam e permitiriam ajudar numa tomada de decisão sobre os mesmos. Pois bem, suspender no entanto, adiar, pelotear não resolve de todo o problema, este é um passo importante com base nesta recomendação e faz sentido este passo, até porque a senhora Ministra não disse quais eram os diplomas a que iria aplicar esta suspensão, se era a sua totalidade, se era apenas alguns dos diplomas. Eu já vi declarações nos dois sentidos, sendo certo que, eu não vi nenhuma proposta de lei, e com este governo, com todo o respeito, eu não confio. No entanto dizia eu que, suspender, adiar e protelar não resolve o problema, é

preciso mais do que isso, é preciso uma maior reflexão em torno desta matéria, é preciso mais informação sobre esta matéria e vai ser preciso alterar alguns destes diplomas. Neste contexto nós iremo-nos abster nesta recomendação.-----

--- POSTO À VOTAÇÃO O VOTO DE SAUDAÇÃO APRESENTADO PELO GRUPO MUNICIPAL DA CDU, RELATIVAMENTE AO DIA INTERNACIONAL DA MULHER, FOI O MESMO APROVADO, POR UNANIMIDADE.-----

--- POSTO À VOTAÇÃO O VOTO DE PESAR APRESENTADO PELO GRUPO MUNICIPAL DO PS, RELATIVAMENTE AO FALECIMENTO DO SENHOR AMÉRICO DIAS FERREIRA, FOI O MESMO APROVADO, POR UNANIMIDADE. ---

--- POSTA À VOTAÇÃO A MOÇÃO APRESENTADA PELO GRUPO MUNICIPAL DO BE, RELATIVAMENTE À GREVE FEMINISTA INTERNACIONAL DE 8 DE MARÇO, FOI A MESMA APROVADA POR UNANIMIDADE. -----

--- POSTA À VOTAÇÃO A PROPOSTA APRESENTADA PELO GRUPO MUNICIPAL DO BE, RELATIVAMENTE AO QUADRO DE TRANSFERÊNCIAS DE COMPETÊNCIAS DAS AUTARQUIAS LOCAIS, FOI A MESMA APROVADA POR MAIORIA, COM DOIS VOTOS A FAVOR E SESSENTA E QUATRO ABSTENÇÕES. -

--- POSTO À VOTAÇÃO O VOTO DE PESAR APRESENTADO PELO GRUPO MUNICIPAL DO PSD, RELATIVAMENTE AO FALECIMENTO DO SENHOR ANTERO ALEXANDRE CASTRO MARTINS, FOI O MESMO APROVADO, POR UNANIMIDADE.-----

--- POSTO À VOTAÇÃO O VOTO DE PESAR APRESENTADO PELO GRUPO MUNICIPAL DO PSD, RELATIVAMENTE AO FALECIMENTO DO DR. MANUEL MACHADO SÁ MARQUES, FOI O MESMO APROVADO, POR UNANIMIDADE.-----

---**ÁLVARO OLIVEIRA (PSD)** – O PSD pretende apresentar uma declaração de voto em relação à proposta do Bloco de Esquerda, tendo em conta a suspensão da obrigatoriedade da conclusão a um de janeiro de dois mil e vinte e um do processo das transferências de competências para as Autarquias Locais -----

--- Queremos dizer primeiramente, tal como esta casa, esta Assembleia sabem que fomos frontalmente contra o processo que foi seguido por este Governo, no que respeita à descentralização das competências sem a correspondente atribuição de fundos ou meios para as satisfazer. Entendemos que essa lei, era uma lei hipócrita, não pensada e irreal. Era uma lei que punha o ónus nas autarquias, desviando-se o Governo das suas responsabilidades, e por isso, sempre que a Câmara Municipal trouxe aqui a esta Assembleia as propostas no sentido de não aceitar as transferências, fomos dos primeiros a dizer que estávamos em comunhão com aquilo que a Câmara pensava. O futuro, ou estes tempos vieram-nos infelizmente dar razão, mais uma vez são daquelas circunstâncias em que não queríamos ter razão antecipadamente, mas já na altura sabíamos que este projeto e esta intenção do Governo era mais uma das mentiras que muitas vezes nos vem trazido a público.-----

---**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL EM EXERCÍCIO (LUÍS ÂNGELO OLIVEIRA)** Deu início ao minuto de silêncio pelos Votos de Pesar. -----

--- Terminado o período de Antes da Ordem do Dia, passou-se de imediato ao período da:---

-----**ORDEM DO DIA** -----

---**PRIMEIRO PONTO - INFORMAÇÕES DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL SOBRE A ATIVIDADE DA MESMA.** -----

---**PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL** - Fez a apresentação do documento e disse estar à disposição para qualquer esclarecimento.-----

---**DANIEL SAMPAIO (CDU)** - Senhor Presidente, li com atenção o documento que disponibiliza para nossa informação, procurei aqui o tema que motivava a minha busca, não encontrei. Permita-me que, no entanto lhe coloque uma questão, mesmo não estando considerada nas informações que o senhor Presidente dá. Por altura daquele ciclone que apareceu aí, para equilibrar as questões de género, um era *Elsa* e outro era *Fabian*, amanhã é o Jorge, espero que não seja o Jorge VI. Senhor Presidente, a questão que eu vou colocar provavelmente já a conhecerá, se não a conhecer, conhecerá o seu Vereador com o pelouro.

Tem sido colocado pelas populações, este caso que eu conheço e outros que desconheço, mas que admito que sejam muitos no concelho todo, que por altura de chuvas intensas há populações que são seriamente afetadas com inundações, evasão dos seus próprios lares com as águas e tudo isso surge porque há obras que necessitam de ser realizadas para conter ou guiar as águas pluviais. Assisti curiosamente a este caso em que prontamente a Proteção Civil interveio, mas não pode intervir. Nestas trezentas e trinta ocorrências, uma delas não foi substantiva, não teve êxito porque a máquina ainda iniciou ou tentou iniciar o trabalho, ficou atolada num campo e não pode ser feito. Eu penso que toda a gente defenderá, dentro daquilo que são as prioridades da Câmara que estas obras terão que ser um dia feitas, elas já subsistem desde do tempo do estado novo e penso que com a instituição do poder local, passados estes quarenta e tal anos, seria, digamos de prestar este serviço valioso às populações. Estou a colocar isto porque de facto, a Proteção Civil viu-se impotente para acudir aquelas pessoas e a verdade é que abandonou o local sem ter concluído a sua intervenção. Falei com o senhor Presidente da Junta de Carreira e Bente, este caso já terá sido discutido há uns anos atrás, até com disponibilidade na altura para encetar a obra, só que por um impedimento de que um proprietário não estava disponível para atender este interesse público, a obra cessou. A CDU entende que a obra cessou mal, até porque a GNR quando foi pedida para esta intervenção, na altura porque o proprietário manifestou a oposição a que a própria entidade de Proteção pudesse intervir, chamou-se a GNR e a GNR assumiu que intervém e vão intervir mesmo, não intervieram porque o tempo e as condições não o permitiram. Portanto, ainda fui buscar ou procurar ler aqui na atribuição às freguesias para obras desagregadas, digamos do funcionamento normal e o que vi, é que há aí uma freguesia, a freguesia de Landim está duplicada numa atribuição de 51.000,00 €, penso que isto será um mero lapso, que também dou contribuições para que possa ser corrigido. aguardo com muita atenção alguma informação que entretanto o senhor Presidente tenha para dar. -----

---**PAULO FOLHADELA (PS)** - Senhor Presidente da Câmara vou-lhe colocar uma questão relativamente a um tema que tem atravessado os últimos dias da nossa comunidade e que suscitou aliás um comunicado por parte da Câmara Municipal atribuindo-lhe o tema “Instalação de uma antena de telecomunicações em terreno da Santa Casa da Misericórdia

confrontante com a EB 2,3 D. Maria II em Gavião”. Numa primeira fase gostaria de perguntar à Câmara Municipal e ao senhor Presidente o seguinte: Li o comunicado que tiveram a oportunidade de dar conhecimento público relativamente a este assunto e às explicações, diria eu técnicas quanto aos procedimentos adotados pela Câmara Municipal até à data de hoje, presumo que, e essa é a questão neste momento, não haverá ou poderá haver desenvolvimentos recentes, tendo na altura o comunicado terminado com esta decisão ou esta tomada de posição por parte da Câmara Municipal, ou seja, manter o despacho, ficando a eficácia do ato condicionado às conclusões das monitorizações a realizar pela ANACOM, antes e depois da ligação de antena de comunicações. Senhor Presidente se a ANACOM, depois de fazer, segundo o anúncio que a Câmara traz à comunidade, as monitorizações que entenda devidas, e se concluir, digamos de forma favorável, a Câmara Municipal fará alguma coisa mais ou não, no sentido de que as antenas sejam ou não ligadas, ou que sejam desligadas, por ventura já tenham sido ligadas. -----

---**PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL** - Sobre a questão colocada aqui pelo senhor deputado Daniel Sampaio, eu percebi que é uma questão da Carreira, fiquei com essa convicção, embora a questão fosse mais genérica, e ela tem enquadramento genérico, o problema é mais abrangente do que aquilo que aconteceu na Carreira. Deixe-me começar por dizer que, estes fenómenos climatéricos a que temos assistido não são comuns, embora se calhar venham a sê-lo no futuro, porque as alterações climáticas assim o poderão vir a impor. Há de facto inundações causadas pelo caudal que resulta das chuvas, águas pluviais. Não é o que acontece no caso concreto, de uma forma direta vou explicar. O que está em causa é uma linha de água, essa linha de água foi na nossa opinião indevidamente objeto de uma ação obstrutiva por parte de um proprietário que está digamos que naquela confluência de terrenos, é uma questão de um proprietário em relação a uma linha de água, que impediu que ela continuasse o seu percurso. Quem tutela esta matéria das linhas de água, como penso que sabe, não é a Câmara Municipal, é a Agência Portuguesa do Ambiente, nós já fizemos uma participação à APA - Agência Portuguesa do Ambiente para que seja averiguada a situação e sejam tomadas atitudes. Na nossa convicção o que aconteceu não poderia ter sucedido e assim sendo, é necessário que a entidade competente que não é a Câmara Municipal, é a Agência Portuguesa do Ambiente tome atitudes, o que está em causa, repito,

é uma linha de água, é óbvio que o que fez agravar o problema foi a intensa chuva, mas o que é a causa direta da situação que aqui trouxe não são águas pluviais nas estradas municipais ou vicinais, são águas pluviais que fizeram aumentar o caudal da linha de água, e isso é que trouxe a consequência que aqui partilhou connosco. O que a Câmara Municipal deve fazer e já fez, e fê-lo oportunamente, aliás temos conhecimento da associação direta, acompanhámo-la em permanência, a Proteção Civil, aproveitou a ocasião para deixar um registo de apreço pelo trabalho fantástico que fez também nesse momento, assim como tem acontecido noutras ocasiões, tudo fizeram o que estava ao seu alcance, mas há problemas que não conseguem resolver. Portanto a situação foi objeto, mereceu uma participação da Câmara Municipal à Agência Portuguesa do Ambiente para que tome as atitudes que são adequadas ao caso concreto. -----

--- Quanto ao senhor deputado Paulo Folhadela, a questão que aqui trouxe resulta de uma decisão da Câmara Municipal datada de maio de dois mil e dezanove, e que foi objeto de um ato tecnicamente chamado um ato confirmativo, é essa a nomenclatura jurídica adequada ao caso concreto, praticado penso que no dia vinte e um, sexta-feira da semana passada, se a memória não me traiçoa, será mais ou menos isso. Esse ato foi praticado nas circunstâncias que aqui aduziu, sobre a questão concreta que trouxe em relação à ANACOM, o que resulta do ato em apreço é o seguinte: Nós oficiamos a ANACOM para que ela fizesse uma medição prévia à ligação da antena, para quê, porque entendemos por força do quadro jurídico em vigor, que isso é relevante para que as avaliações que resultam da lei e que são feitas pela ANACOM, não são feitas pela Câmara Municipal, possam ter um referencial comparativo. Para que nós possamos perceber todos, nós Câmara Municipal e todas as entidades, possamos perceber quais são os efeitos daquela antena que ali está para ser colocada, porque ainda não foi ligada, em relação ao meio envolvente é fundamental termos os dados do dia menos um. Se eu não souber, se não tiver uma informação, não sou eu Presidente de Câmara, eu cidadão, eu comunidade, eu DGS, eu autoridades com competência na matéria. Se não tiver uma informação acerca das radiações, por ventura existentes, antes da ligação da antena, eu nunca vou conseguir saber, qual é o impacto da mesma. Acho que isto é fundamental para que possamos ter noção acerca do impacto que a antena teve ou não, eu não adivinho, não sou técnico, não é essa a minha especialidade, mas

é fundamental termos noção acerca de qual é o eventual impacto antes da ligação, para que se possa comparar com o impacto depois da ligação. A condição que suspende eficácia deste ato, é tão só como resulta do ato que aqui acabou de comunicar, que a ANACOM faça essa medição, chamada medição ex-ante ou seja, medição antes da ligação, as medições posteriores não é o Presidente de Câmara que as ordena, elas resultam da lei, não é a Câmara Municipal quem averigua, quem monitoriza o funcionamento de uma antena deste tipo, penso que sabe, há outras entidades, nomeadamente a ANACOM que tem competências específicas nesta matéria. Competirá depois à ANACOM, acho que há uma periodicidade, não sei se é trimestral, se é semestral, mas competirá à ANACOM fazer essas monitorizações após a ligação, eu só quero assegurar que antes da ligação haja uma medição. -----

---**PAULO FOLHADELA (PS)** - Senhor Presidente da Câmara agradeço a resposta, efetivamente era aquela resposta que esperava que desse, não por ventura aquela resposta que acho que os famalicenses e toda a comunidade merece que deva ser dada, e vou tentar explicar porquê. Vossa Excelência de alguma forma reproduziu os aspetos procedimentais que a Câmara Municipal tomou neste processo, e de facto, o ato depende neste momento da medição de uma entidade, e o que a Câmara diz aos famalicenses, às crianças, aos pais, aos professores, aos idosos do lar é quem tem a competência para fazer estas medições é a ANACOM, portanto vamos esperar que a ANACOM diga aquilo que tem a fazer. Senhor Presidente da Câmara vou-lhe novamente fazer a questão, se a ANACOM disser que não vê óbice, nada obsta à ligação daquela antena, a Câmara Municipal vai ou não fazer alguma coisa relativamente a este assunto. -----

---**PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL** - Senhor Deputado, este problema tem várias dimensões, tem uma dimensão técnica e tem uma dimensão política, o senhor trouxe aqui a dimensão política, mas a minha é técnica, sabe porquê, eu tenho que cumprir a lei senhor Deputado, o senhor sabe que isso é verdade. O senhor também tem duas dimensões, uma técnica e outra política, trouxe aqui a política, eu tenho que pôr sempre a técnica. Eu fui eleito Presidente de Câmara para cumprir um mandato e acima de tudo sobre os superiores interesses de aquilo que a lei me impõe, eu pedi um parecer a um conjunto de entidades, pedi um parecer jurídico acerca de como devia proceder em face a esse parecer, e estou a

atuar em conformidade. O Presidente de Câmara que praticou este ato administrativo não o fez de uma forma estritamente política, fê-lo de uma forma estritamente jurídica. Gostemos ou não, eu tomo as decisões que tenho tomar em muitas circunstâncias, em múltiplas áreas, como o senhor sabe, o senhor não diz, porque não lhe interessa dizer, mas sabe que é assim que funciona. O Presidente de Câmara aqui, por força das circunstâncias teve que tomar esta decisão, não lhe pergunte se gostou da decisão que teve que tomar, nas nossas vidas, em múltiplas circunstâncias tomamos as decisões que temos que tomar. -----

---**PAULO FOLHADELA (PS)** - Senhor Presidente da Câmara, se eu não tiver nesta Câmara, nesta Assembleia uma abordagem política dos assuntos, não sei onde é que a posso ter, é precisamente aqui que entendo que devemos também fazer essa abordagem política, aliás se fosse para a resposta procedimental ou técnica, bastava a qualquer um de nós ler os procedimentos, os comunicados que a Câmara já produziu sobre esse assunto. E como acho que devo trazer à discussão essa dimensão política, não levando este assunto, extrapolando conclusões ou não deixando de fazer uma análise o mais rigorosa possível, o que é que eu quero dizer com isto, na dimensão política do problema a Câmara Municipal, como aliás, todos tivemos agora oportunidade de assistir disse simplesmente, ainda por outras palavras, como o senhor Presidente há pouco ainda me disse, não dizendo de uma forma, acabou por dizer, que é, vai ligar aquela antena. E é precisamente aqui que eu colocaria a tónica na dimensão política da Câmara Municipal e do senhor Presidente. Será, e deixo esta pergunta, que em Vila Nova de Famalicão não há nenhum outro sítio para colocar aquela antena. Será que aquela antena tem que ser colocada entre uma escola e um lar de idosos, será que Famalicão não tem outras áreas livres e será que o Presidente da Câmara pode ou não tomar alguma iniciativa no sentido de, apesar de estar a cumprir tecnicamente aquilo que lhe é pedido, ainda assim não seja insensível aquilo que a população lhe transmite, aquilo que as crianças se manifestaram, aquilo que os pais dessas crianças disseram e aquilo que os próprios professores disseram. Claro que não entro na discussão acerca da análise da situação à luz dos conhecimentos atuais da ciência, é verdade, mas todos nós quando sairmos daqui vamos para nossas casas e pensamos, vem isto é aborrecido, mas dizem que não há, mas se nós tivermos os nossos filhos lá, sentimo-nos descansados ou faríamos aquilo que fizeram os pais e as crianças que lá estão. E não vou entrar aqui no silêncio

ensurdecedor que é da parte do lar de idosos, porque da mesma forma que vejo preocupação por parte das crianças e dos jovens, também acho que, da mesma forma haveria de haver uma posição igual por parte dos idosos nesta circunstância. Portanto senhor Presidente era nesta dimensão política que também abordava o problema e tendo em conta que a Câmara Municipal, no meu entender e na leitura que faço deste comunicado e das explicações que o senhor Presidente acabou de dar, nos diz vamos ver, estamos a suspender, palavra minha, a suspender até a opinião ou o estudo da ANACOM, eu utilizaria as palavras do senhor próprio Presidente da Câmara e do caro Deputado Jorge Paulo Oliveira há pouco quando utilizaram o tema da descentralização de competências e citando-os a ambos. O senhor Deputado Jorge Paulo Oliveira, permita-me porque foi a propósito, agora lembrei-me desta circunstância, disse: “Suspender e adiar não resolve o problema.” O senhor Presidente da Câmara também anteontem acerca da descentralização disse: “Só o adiamento não chega”. Adiamento com reflexão é um bom começo, era precisamente um adiamento com reflexão no meu entender, era próprio para este assunto. -----

---**PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL** - Senhor Deputado, eu nesta minha função e também neste órgão sempre fui, como agora serei claro nesta matéria. Eu não desejo, como nunca desejei a colocação da antena naquele sítio, eu tive uma diligência com o promotor em concreto procurando sensibilizá-lo para que encontra-se outro local. O Presidente de Câmara de Famalicão teve ações junto da empresa autora do licenciamento, para que aquela antena fosse colocada noutra local, a comunidade escolar sabe disso, porque foi oportunamente comunicado, não foi agora senhor Deputado, foi no ano passado. Essas diligências foram feitas, agora não é o Presidente de Câmara quem escolhe o local, como o senhor sabe. Eu não posso impedir nenhum requerente de apresentar um requerimento e de escolher o local onde pretende edificar a obra, o que eu procurei foi sensibilizá-lo acerca da inoportunidade em relação aquele local. Por minha vontade senhores Deputados aquela antena nunca seria colocada naquele espaço. Já disse à comunidade escolar o que aqui reproduzo. Se houver uma entidade oficial, que são as entidades, ou a ANACOM, ou a DGS ou a ARS Norte, se emitir um parecer, no sentido contrário aquilo que eu tenho neste momento, eu imediatamente revogo o ato. Não tenho problema nenhum, se houver uma sessão judicial, eu digo aqui em público, eu não recorro da sessão judicial. Esta decisão não

é caprichosa, por isso é que eu disse que não era um ato político, não é um ato meu, não é um ato que eu queira tomar, não é um ato que deseje tomar, é um ato que eu sou obrigado a tomar por força do quadro legal que está em vigor. Não o desejo e tudo fiz para que aqui não chegasse, aliás este ato confirmativo, é, perdoe-me a redundância, a confirmação disso, porque eu não tinha que o fazer senhor Deputado como sabe, eu fi-lo porque procurei que as autoridades de saúde se pronunciassem novamente, além da pronúncia que já tínhamos, que se pronunciassem novamente, elas pronunciaram-se novamente e foram de acordo com a informação jurídica que eu tenho, claras em relação a este veredito, e por isso é que eu, deixe-me usar esta expressão, tive, fui obrigado a tomar esta decisão. -----

---**DANIEL SAMPAIO (CDU)** - Senhor Presidente desculpe insistir, mas de facto a resposta que o senhor deu à Assembleia, não me deu nenhum tipo de satisfação, ou seja, este pode ser um problema que tenha a ver com a Agência Portuguesa para o Ambiente, mas nós temos conhecimento de intervenções do Município em situações, em áreas também diretamente dependentes de outro tipo de agências, ou outro tipo de responsabilidades que não passam propriamente pela Câmara, porque esta situação já esteve gizada de alguma forma no sentido, não é de resolver em definitivo o problema, mas entendemos que a Câmara deve minimizar dentro daquilo que é possível para impedir a repetição constante de situações deste tipo, porque aquilo propriamente pode estar considerado nos mapas como uma linha de água, mas o que aconteceu ali foi uma iniciativa centenária em que todos os proprietários se juntaram para fazer uma mina de conduta das águas, não houve nenhuma entidade que tivesse participado nisto, pelo tempo aquilo degradou-se e hoje verifica-se uma situação, enfim, que é visível nos tempos em que chove muito de facto, mas é uma situação que já se repete há muitos e muitos anos. E portanto as águas a entrarem pelas casas dentro, porem as populações em choque, têm medo de dormir, têm medo de estar dentro das casas, acho pelo menos, se o senhor Presidente tivesse dito que envidou todos os esforços junto desta agência para, como tem feito, aliás, com o reconhecido mérito, noutras situações, mas o senhor Presidente não disse isso. Disse! Pronto, então tomo isso como boa nota e vou de facto ter isso em consideração. -----

---**PAULO COSTA (BE)** - Sem querer meter água, isto é sem puxar o assunto da CDU, mas regressando ao assunto da antena, eu metendo água porque desconheço quer os quadros

legais, quer até os meandros desta situação em particular, mas da vossa discussão, do vosso diálogo, houve um aspeto que me deixou espantado. Se um Município consegue obstar à construção de um aeroporto, como é que não se consegue obstar à implantação de uma antena. Eu sei, meandros da lei, mas alguma coisa se poderá fazer, não. -----

---SEGUNDO PONTO - DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL 1ª ALTERAÇÃO ORÇAMENTAL MODIFICATIVA, NOS TERMOS E PARA OS EFEITOS DO DISPOSTO NA ALÍNEA A) DO Nº 1 ARTIGO 25º DO ANEXO 1 DA LEI Nº 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO, TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. -----

---PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL - Fez a apresentação do documento e disse estar à disposição para qualquer esclarecimento. -----

--- POSTA Á VOTAÇÃO A PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL 1ª ALTERAÇÃO ORÇAMENTAL MODIFICATIVA, NOS TERMOS E PARA OS EFEITOS DO DISPOSTO NA ALÍNEA A) DO Nº 1 ARTIGO 25º DO ANEXO 1 DA LEI Nº 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO, TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. FOI A MESMA APROVADA, POR MAIORIA, COM QUARENTA E UM VOTOS A FAVOR, ONZE ABSTENÇÕES E UM VOTO CONTRA. -----

---TERCEIRO PONTO - DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE CONTRATUALIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMO, ATÉ AO MONTANTE DE 436.217.86€, REABILITAÇÃO DO ESPAÇO PÚBLICO E REQUALIFICAÇÃO DOS EQUIPAMENTOS DO BAIRRO DA CAL, NOS TERMOS E PARA OS EFEITOS DO DISPOSTO NA ALÍNEA F) DO Nº 1 ARTIGO 25º DO ANEXO 1 DA LEI Nº 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO, TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. -----

---PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL - Fez a apresentação do documento e disse estar à disposição para qualquer esclarecimento. -----

---LUÍS MONIZ (PS) - Senhor Presidente, senhores Deputados em primeiro lugar, é a primeira reunião deste ano, por isso até final de fevereiro, parece que costuma-se dizer que não parece mal desejar um bom ano, por isso a todos, Câmara Municipal, colegas Deputados votos de um bom ano e continuação de boas sessões da Assembleia Municipal,

esclarecedoras como está a ser a de hoje. Senhor Presidente traz-me cá uma constatação e uma pergunta, esta reabilitação do Bairro da Cal já decorreu várias vezes, eu folhee as notícias de dezanove de outubro de dois mil e dezoito que diz que Câmara investe mais de um milhão de euros no Bairro da Cal, em vinte e nove de novembro Câmara arranca com obras no Bairro da Cal e em final de fevereiro diz que vai aparecer o ato de adjudicação da obra do Bairro da Cal, por isso ainda vamos ter algum tempo para que a obra do Bairro da Cal finalmente se concretize. Mas o que me traz aqui a *talho de foice*, uma preocupação que penso que é de vários famalicenses, que tem a ver com a reabilitação também da estrada que passa junto ao Bairro da Cal que é da rua José Elísio Gonçalves Cerejeira, na qual passam e circulam lá centenas de carros e que está num estado lastimável. Gostaria de saber, que pode estar em curso, e desconheço, mas se haverá alguma intervenção nessa via, aproveitando também que não só reabilitávamos o Bairro, mas também reabilitávamos aquela estrada que é um trajeto cada vez mais usado pelos famalicenses.-----

---**PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL** - Senhor Deputado, quanto à questão da comunicação e confesso sem nenhuma ironia, dizer o seguinte, há um dossiê de comunicação que é preciso ser cumprido do ponto de vista comunitário, é uma obra com fundos comunitários, não sei se é do seu conhecimento, mas é preciso, há vários momentos para a sua comunicação, e o que acabou aqui de trazer foram os vários momentos procedimentais até chegarmos aqui. Portanto foi só isso que fizemos, não foi mais do que isso. Quanto à questão da estrada há uma, com a Junta de Freguesia, é uma obra vicinal, mas a Câmara Municipal está envolvida também neste processo, estamos a trabalhar, há aqui um constrangimento que estamos a tentar ultrapassar, que é a questão dos alargamentos. Aquela via como sabe não tem passeios, nós temos uma filosofia de intervenção nas vias neste momento, sempre que é possível construímos pelo menos um passeio, porque a nossa orientação a nível viário é muito simples. A estrada é das pessoas, as pessoas é que escolhem o meio através do qual querem frequentar a estrada, se é o automóvel, se é como peão, se é como ciclista. A nós compete-nos ajudar a criar condições para que isso aconteça, e como pode constatar aquela estrada não tem essas condições. E para que o passeio possa ser construído é preciso fazer alargamentos, e algumas zonas onde estamos a procurar criar essas condições. É óbvio que se chegarmos à constatação que não é possível, a estrada vai

ser reparada, a Junta de Freguesia tem-nos evidenciado essa intenção, isto vai acontecer a breve trecho, mas a razão que tem justificado algum atraso tem a ver exatamente com essas conversações quanto ao alargamento.-----

---POSTA Á VOTAÇÃO A PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE CONTRATUALIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMO, ATÉ AO MONTANTE DE 436.217.86€, REABILITAÇÃO DO ESPAÇO PÚBLICO E REQUALIFICAÇÃO DOS EQUIPAMENTOS DO BAIRRO DA CAL, NOS TERMOS E PARA OS EFEITOS DO DISPOSTO NA ALÍNEA F) DO Nº 1 ARTIGO 25º DO ANEXO 1 DA LEI Nº 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO, TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. FOI A MESMA APROVADA, POR MAIORIA, COM SESSENTA E QUATRO VOTOS A FAVOR E DUAS ABSTENÇÕES. -----

---QUARTO PONTO - DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE CONTRATUALIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMO, ATÉ AO MONTANTE DE 689.000,23€, REDE URBANA PEDONAL E CICLÁVEL-ETAPA 1 (INTRAURBANA) FASE 1, NOS TERMOS E PARA OS EFEITOS DO DISPOSTO NA ALÍNEA F) DO Nº 1 ARTIGO 25º DO ANEXO 1 DA LEI Nº 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO, TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. -----

---PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL - Fez a apresentação do documento e disse estar à disposição para qualquer esclarecimento.-----

---DANIEL SAMPAIO (CDU) - Senhores Deputados a CDU tem muita pena de não aprovar uma obra que tem a participação do FEDER, de qualquer forma, por razões já conhecidas não podemos votar favoravelmente este assunto para a Rede Urbana Pedonal e Ciclável, porque se tivermos na devida conta que mais cedo do que tarde, o debate para uma mobilidade mais racional e eficiente se colocará a todos, esse futuro próximo não deixará de reconhecer razões acrescidas à posição da CDU, legitimando de forma absoluta o nosso entendimento de que, o que está a ser construído em decalque na antiga via-férrea não passa de um desperdício de dinheiros públicos, facto que nos merece veemente crítica e rejeição, daí o voto da CDU contra a realização do projeto.-----

---POSTA Á VOTAÇÃO A PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE CONTRATUALIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMO, ATÉ AO MONTANTE DE 689.000,23€, REDE URBANA PEDONAL E CICLÁVEL-ETAPA 1 (INTRAURBANA) FASE 1, NOS TERMOS E PARA OS EFEITOS DO DISPOSTO NA ALÍNEA F) DO Nº 1 ARTIGO 25º DO ANEXO 1 DA LEI Nº 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO, TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. FOI A MESMA APROVADA, POR MAIORIA, COM SESSENTA E DOIS VOTOS A FAVOR, UM VOTO CONTRA E UMA ABSTENÇÃO. --

---QUINTO PONTO - DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE EMPREITADA DESIGNADA “ REABILITAÇÃO DO BAIRRO SOCIAL DA CAL, UNIÃO DAS FREGUESIAS DE VILA NOVA DE FAMALICÃO E CALENDÁRIO” - DECISÃO DE NOVA ADJUDICAÇÃO, TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. -----

---PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL - Fez a apresentação do documento e disse estar à disposição para qualquer esclarecimento. -----

---POSTA Á VOTAÇÃO A PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE EMPREITADA DESIGNADA “ REABILITAÇÃO DO BAIRRO SOCIAL DA CAL, UNIÃO DAS FREGUESIAS DE VILA NOVA DE FAMALICÃO E CALENDÁRIO” - DECISÃO DE NOVA ADJUDICAÇÃO, TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. FOI A MESMA APROVADA, POR MAIORIA, COM CINQUENTA E DOIS VOTOS A FAVOR E ONZE ABSTENÇÕES. -----

---SEXTO PONTO - DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE ABERTURA DE PROCEDIMENTO DE CONCURSO PÚBLICO, COM PUBLICIDADE INTERNACIONAL-SERVIÇO DE COMUNICAÇÕES FIXAS E DE DADOS, PELO PERÍODO DE TRÊS ANOS E ATÉ AO MONTANTE GLOBAL ESTIMADO DE 550.000,00€, TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. -----

---PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL - Fez a apresentação do documento e disse estar à disposição para qualquer esclarecimento. -----

---POSTA Á VOTAÇÃO A PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE ABERTURA DE PROCEDIMENTO DE CONCURSO PÚBLICO, COM PUBLICIDADE INTERNACIONAL-SERVIÇO DE COMUNICAÇÕES FIXAS E DE DADOS, PELO PERÍODO DE TRÊS ANOS E ATÉ AO MONTANTE GLOBAL ESTIMADO DE 550.000,00€, TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. FOI A MESMA APROVADA, POR MAIORIA, COM CINQUENTA E QUATRO VOTOS A FAVOR E ONZE ABSTENÇÕES. -----

---SÉTIMO PONTO - DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PARA A NECESSÁRIA E DEVIDA ASSUNÇÃO DO COMPROMISSO PLURIANUAL RELATIVAMENTE À ATRIBUIÇÃO DE APOIO FINANCEIRO NO MONTANTE DE 92.000,00€ (NOVENTA E DOIS MIL EUROS), OBRAS DE REABILITAÇÃO DO EDIFÍCIO DA ANTIGA ESCOLA PRIMÁRIA EB1 DE LAGOÇOS, FREGUESIA DE BAIRRO, TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. -----

---PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL - Fez a apresentação do documento e disse estar à disposição para qualquer esclarecimento. -----

---DANIEL SAMPAIO (CDU) - Relativamente a este assunto, das justificações para a requalificação da antiga Escola Primária de Bairro, que conheço e sua posterior utilização após requalificação, analisamos os três objetivos constantes no Pedido de Apoio Financeiro pela junta de freguesia de Bairro à Câmara Municipal. Abordaremos cada uma dessas três razões para a criação do apelidado «espaço multifuncional», invertendo, propositadamente, as prioridades invocadas no pedido atrás referido. Pequeno Auditório, servirá para pequenas sessões de esclarecimento à população, também como oferta cultural, com exibição de filmes e peças de teatro. A CDU, para além de estar a favor deste objetivo, deixa aqui o seu desejo que esta ideia possa cobrir todas as restantes freguesias, sobretudo as que ainda não dispõem deste equipamento fundamental para promover a cultura junto dos cidadãos. Relativamente ao espaço de Convívio e de Estudo, que também é aludido como uma área a ter realização no novo edifício, servirá para promover o estudo e abrir o espaço de convívio e lazer a todos os idosos, bem como a todos os jovens. A CDU entende que a medida é

positiva e também merece ser concretizada. Por fim aparece a questão que nós consideramos central neste triunvirato. Depois de falarmos sobre os usos a dar ao edifício da Escola, eis que aparece, também servirá para reinstalação dos serviços dos correios em Bairro, e sobre este assunto queremos dizer o seguinte: “Esta requalificação, custará 92 mil euros, a CDU lamenta que as duas anteriores vertentes, que merecem o nosso apoio, afinal desempenham aqui apenas um papel dissimulador, facto que merece o nosso mais vivo repúdio político. Contestamos e sempre contestaremos que o serviço público e de proximidade que os CTT estão obrigados a dar - e não dão -, sejam assegurados com os dinheiros públicos canalizados pelo município e, enquanto isso, a administração dos CTT conserve na sua área de responsabilidade apenas os serviços altamente lucrativos, ficando a sua atenção virada apenas para a área financeira, altamente lucrativa. É altamente condenável esta cedência do município nos critérios que deveriam nortear a sua exigência pelo cumprimento das obrigações dos CTT, mas tal não nos espanta, já que é conhecida a sua predisposição para a louvaminha que dedica às empresas do setor privado. Imaginamos o que esta maioria não diria se tão grave desrespeito pelo interesse dos cidadãos fosse da responsabilidade de uma empresa pública ou do Setor Empresarial do Estado. Estamos conversados quanto a isso. Refira-se a propósito, ainda sobre este assunto, que, no âmbito dos 27 países da EU, apenas Portugal, Holanda e Malta tem Correios totalmente privatizados. Pelo que aqui foi dito, a CDU votará contra este documento, e deixem-me agora só sublinhar este aspeto que eu há bocado aludi, mas não conclui ou não fui objetivo. Quando há bocado falava de que a Câmara quando quer intervém para resolver ou para ajudar a minimizar os impactos, que é isto que se pretendia no assunto que levantamos anteriormente, a Câmara não diz que a responsabilidade é do Governo, porque não faz valer os pressupostos do acordo de concessão, e a Câmara vai aqui, não digo se muito bem, se muito mal, mas já perceberam qual é a posição da CDU, vem aqui resolver ou tentar dirimir um problema que afeta os cidadãos. Eu pergunto se todos os problemas sentidos pelos cidadãos não merecem a sensibilização da parte da Câmara Municipal.-----

---**PRESIDENTE DE JUNTA DA FREGUESIA DE BAIRRO** - Dizer-vos que essencialmente a medida não é encapotada, respondendo diretamente ao senhor Deputado, visa realmente resolver também um problema que estamos a sentir nos CTT, nomeadamente

na questão das acessibilidades, nós já temos os CTT, julgo eu há catorze anos, mas na requalificação do edifício da junta onde os CTT estão situados, não foi possível fazer essa intervenção na questão das acessibilidades, fizemos uma opção pela requalificação, não por desfigurar o edifício, que achamos que não merecia isso, já tínhamos isto pensado em realmente poder requalificar uma escola que ficou desabitada pelo Centro Escolar que fizemos, essencialmente visa realmente resolver um problema que hoje os CTT são muito usados pelos idosos, quem frequenta sabe isso, aliás eu até diria que agora nestes últimos dois anos, também uma camada jovem começou a usá-lo muito através das questões do comércio eletrónico que hoje é uma das nossas novas realidades, e o que nós constatamos, é que às vezes esses mesmos jovens vêm com os seus filhos, carrinhos de bebés e não conseguem aceder aos CTT. Já os idosos tinham uma dificuldade, porque servem-se dos CTT para receber as suas reformas, uma grande parte deles nem contas bancárias têm, e por isso a junta de freguesia gosta de estar ao lado dessas pessoas, que são as pessoas que realmente os senhores Deputados consideram que são mais frágeis e que estão mais vulneráveis. Por isso o que o senhor Deputado Daniel disse que realmente era uma situação encapotada, não é, nós temos realmente a ideia de tornar aquele espaço muito cultural, mas também aproveitamos essa requalificação para realmente criar lá os CTT, até porque essa é uma necessidade que a gente todos os dias se depara, porque os reformados têm muita dificuldade em aceder ao edifício da junta. Queria só deixar aqui esta nota, e pronto também deixar a nota de que realmente a Câmara Municipal foi sensível a isso e nós estamos agradecidos a isso.-----

---POSTA Á VOTAÇÃO A PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PARA A NECESSÁRIA E DEVIDA ASSUNÇÃO DO COMPROMISSO PLURIANUAL RELATIVAMENTE À ATRIBUIÇÃO DE APOIO FINANCEIRO NO MONTANTE DE 92.000,00€ (NOVENTA E DOIS MIL EUROS), OBRAS DE REABILITAÇÃO DO EDIFÍCIO DA ANTIGA ESCOLA PRIMÁRIA EBI DE LAGOÇOS, FREGUESIA DE BAIRRO, TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. FOI A MESMA APROVADA, POR MAIORIA, COM SESSENTA E QUATRO VOTOS A FAVOR E UM VOTO CONTRA. -----

---OITAVO PONTO - DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE RETIFICAÇÃO AO MAPA DE PESSOAL DO MUNICÍPIO PARA O ANO DE 2020, CONFORME MAPA ANEXO, TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. -----

---PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL - Fez a apresentação do documento e disse estar à disposição para qualquer esclarecimento. -----

---POSTO Á VOTAÇÃO A PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE RETIFICAÇÃO AO MAPA DE PESSOAL DO MUNICÍPIO PARA O ANO DE 2020, CONFORME MAPA ANEXO, TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. FOI A MESMA APROVADA, POR MAIORIA, COM CINQUENTA E TRÊS VOTOS A FAVOR E ONZE ABSTENÇÕES. -----

---NONO PONTO - DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL PARA NOMEAÇÃO DOS JÚRIS PARA OS PROCEDIMENTOS CONCURSAIS PARA CARGOS DE DIREÇÃO INTERMÉDIA DE 3º GRAU, PARA OS RESPETIVOS SERVIÇOS:- FISCALIZAÇÃO; PROTEÇÃO DE DADOS; APOIO PEDAGÓGICO E INOVAÇÃO EDUCATIVA; PLANEAMENTO E GESTÃO EDUCATIVA; INFRAESTRUTURAS AMBIENTAIS; SUSTENTABILIDADE URBANA E REABILITAÇÃO URBANA, TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. ----

---PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL - Fez a apresentação do documento e disse estar à disposição para qualquer esclarecimento. -----

---PAULO PINTO (PS) - Só uma pequenina nota relativamente ao documento que nos foi entregue, o mesmo quando refere a Reunião de Câmara e Deliberação, diz que o mesmo foi deliberado por unanimidade, aprovar, e depois diz que se abstiveram os senhores vereadores eleitos pelo partido socialista. Que eu saiba para haver unanimidade todos os vereadores têm que votar favoravelmente, imagino que seja um erro. -----

---PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL EM EXERCÍCIO (LUÍS ÂNGELO OLIVEIRA) - Senhor Deputado tem razão, mas a Assembleia de facto não estava lá, não é, portanto não sei o que é que se passou, mas será agido em conformidade, portanto, para esta Assembleia é indiferente se foi por unanimidade ou por maioria, a

verdade é que a proposta está aprovada, por isso eu proponho que se aprove aqui e depois que se corrija em consonância, está bem! -----

---POSTA Á VOTAÇÃO A PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL PARA NOMEAÇÃO DOS JÚRIS PARA OS PROCEDIMENTOS CONCURSAIS PARA CARGOS DE DIREÇÃO INTERMÉDIA DE 3º GRAU, PARA OS RESPECTIVOS SERVIÇOS:- FISCALIZAÇÃO; PROTEÇÃO DE DADOS; APOIO PEDAGÓGICO E INOVAÇÃO EDUCATIVA; PLANEAMENTO E GESTÃO EDUCATIVA; INFRAESTRUTURAS AMBIENTAIS; SUSTENTABILIDADE URBANA E REABILITAÇÃO URBANA, TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. FOI A MESMA APROVADA, POR MAIORIA, COM CINQUENTA E QUATRO VOTOS A FAVOR E DOZE ABSTENÇÕES. -----

---DÉCIMO PONTO - DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL PARA ATRIBUIÇÃO DE DESPESAS DE REPRESENTAÇÃO AO COORDENADOR MUNICIPAL DE PROTEÇÃO CIVIL, TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. -----

---PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL - Fez a apresentação do documento e disse estar à disposição para qualquer esclarecimento. -----

---POSTA Á VOTAÇÃO A PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL PARA ATRIBUIÇÃO DE DESPESAS DE REPRESENTAÇÃO AO COORDENADOR MUNICIPAL DE PROTEÇÃO CIVIL, TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. FOI A MESMA APROVADA, POR MAIORIA, COM SESENTA E CINCO VOTOS A FAVOR E UMA ABSTENÇÃO. -----

---DÉCIMO PRIMEIRO PONTO - DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE DESAFETAÇÃO DE PARCELA DE TERRENO COM A ÁREA DE 244M² AFETA AO DOMÍNIO PÚBLICO E AFETAÇÃO AO DOMÍNIO PRIVADO DO MUNICÍPIO, DECORRENTE DA ALTERAÇÃO DO LOTEAMENTO COM ALVARÁ Nº15/1997, SITA NO LUGAR DE BERREDO, RUA 25 DE ABRIL DA FREGUESIA DE MOGEGE, TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. -----

---PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL - Fez a apresentação do documento e disse estar à disposição para qualquer esclarecimento.-----

---POSTA Á VOTAÇÃO A PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE DESAFETAÇÃO DE PARCELA DE TERRENO COM A ÁREA DE 244M² AFETA AO DOMÍNIO PÚBLICO E AFETAÇÃO AO DOMÍNIO PRIVADO DO MUNICÍPIO, DECORRENTE DA ALTERAÇÃO DO LOTEAMENTO COM ALVARÁ N°15/1997, SITA NO LUGAR DE BERREDO, RUA 25 DE ABRIL DA FREGUESIA DE MOGEGE, TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. FOI A MESMA APROVADA, POR MAIORIA, COM SESENTA E QUATRO VOTOS A FAVOR E ONZE ABSTENÇÕES. -----

---DÉCIMO SEGUNDO PONTO - DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE EXTINÇÃO, POR DISSOLUÇÃO, DA AMAVE - ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS DO VALE DO AVE - RATIFICAÇÃO DA DELIBERAÇÃO DA ASSEMBLEIA INTERMUNICIPAL DAQUELA ASSOCIAÇÃO, DATADA DE 10 DE DEZEMBRO DE 2019, TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA.-----

---PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL - Fez a apresentação do documento e disse estar à disposição para qualquer esclarecimento.-----

---POSTA Á VOTAÇÃO A PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE EXTINÇÃO, POR DISSOLUÇÃO, DA AMAVE - ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS DO VALE DO AVE - RATIFICAÇÃO DA DELIBERAÇÃO DA ASSEMBLEIA INTERMUNICIPAL DAQUELA ASSOCIAÇÃO, DATADA DE 10 DE DEZEMBRO DE 2019, TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. FOI A MESMA APROVADA, POR MAIORIA, COM SESENTA E CINCO VOTOS A FAVOR E UMA ABSTENÇÃO. -----

---APROVADAS EM MINUTA DE ATA TODAS AS DELIBERAÇÕES TOMADAS.-

--- Acabada a ordem do dia, passou-se, de imediato, ao período de:-----

-----**DEPOIS DA ORDEM DO DIA**-----

--- Para este período houveram quatro inscrições do público, o senhor Tiago Maia de Vila Nova de Famalicão, o senhor José Carvalho de Vila Nova de Famalicão, a Senhora Sandra Pimenta da Freguesia de Ruivães e a senhora Hermínia Neves de Vila Nova de Famalicão.--

---**TIAGO MAIA** - Eu não tenho efetivamente um discurso escrito, tenho umas notas e uma ou outra questão apenas para colocar. Em relação à questão da antena, independentemente de se puderem fazer estudos de radiação antes e após a antena estar ligada, o que na realidade e de base preocupa os pais e que é incontestável tem a ver com falta de estudos de acumulação, vou explicar o que isto é: a antena de forma isolada provavelmente não terá nenhum efeito maléfico, temos sempre que colocar isto numa forma provável, porque os efeitos a longo prazo ninguém os sabe. Aqui a real preocupação tem a ver com estudos de acumulação, e o que é isto? Um estudo de acumulação, de radiação e de campos eletromagnéticos e em particular ali na escola, nós temos que contar com setecentos alunos que tem telemóvel, não há como fugir a isso, temos que juntar os funcionários, os professores, temos que juntar uma cobertura, o *hi-fi* na escola para que ela funcione e que tem também um efeito importante, temos ali curiosamente um campo eletromagnético no mínimo curioso e que valia ser estudado, que é juntado ali mais um posto de média e de baixa tensão, que também estão próximos. Aqui a questão dos estudos, é efetivamente os efeitos de acumulação e que não existem. Isto é o ponto que realmente preocupa, se pudermos partir para isso, eu não quero deixar nem mais, nem menos do que um simples apelo a que não se cumpra meramente um parecer técnico por parte da Câmara, a que a Câmara possa em primeiro perceber, ser sensível, que eu acho que aqui já o é, e já demonstrou aos pais e à população, que há uma série de dúvidas que precisam de ser esclarecidas e isto precisa de tempo. Em relação à questão do tempo, eu tenho aqui uma outra nota de alguns exemplos, como é o caso do tabaco, do amianto, de medicamentos que hoje são extremamente seguros, mas que passados cinco ou dez anos são retirados, e aproveito os efeitos climáticos atuais que o próprio Presidente há pouco referiu, não era um problema há uns anos atrás, ok. Uma nota muito clara, e isto é uma pesquisa do Google simples, ninguém sabe e há preocupações, quais são os efeitos por exemplo do uso, ou num ajuntamento de dez mil pessoas num estádio de futebol, num concerto que seja, ninguém sabe qual é o efeito que tem o uso de dez mil telemóveis ali, efetivamente não é de todo ou

demasiado importante, porque falamos de duas horas ou algo à volta disso, não é cumulativo, mas no entanto ressalvo, nem sequer há estudos e há preocupações já. Posto isto, em relação há algo que eu tenho dúvidas em classificar como parecer, isto já da parte da DGS, há uma nota que lá diz que é: “há paredes a proteger as crianças”, então o que é que sobra daqui, se falarmos em paredes, provavelmente todo o espaço cá fora, e que é importante, não está protegido, é o próprio parecer que deixa esta dúvida, está bem. Para dizer o quê efetivamente, haverá certamente locais isolados para instalar a antena e aqui o Presidente já falou nisso. Outra nota, a capacidade de absorção da radiação pelo tecido adiposo das crianças, isto é importante, porque há possibilidade efetivamente de afetar um cérebro em desenvolvimento, lá está, as crianças, as crianças são efetivamente mais afetadas por isso, porque o cérebro não está completamente desenvolvido, há outra correlação direta com o comportamento, a capacidade de fixação da hemoglobina, que fica diminuída quando exposição de radiação, isto é medido por exemplo com o micro-ondas em casa. A capacidade de fixação e a velocidade depois das hemácias dos glóbulos vermelhos está diminuída, basta exporem a uma radiação do micro-ondas em casa, isto só para ficar claro a falta de estudos. DGS, os estudos que na resposta da DGS remetem, enviam-nos para uma portaria de dois mil e quatro, em que o grupo de trabalho é de dois mil e dois, falamos de redes 2G, por isso eu não quero ficar aqui com a questão de 5G, nós estamos a falar da falta de estudos em 3G, 4G e 5G, para dizer o quê, que no final disto o apelo que nós queremos deixar aqui é que pelo menos cumprir-se aqui um princípio de precaução, até provas sólidas em contrário. E já agora, já que o Presidente encetou esforços para mudar o local da antena, isso não me deixa mais descansado, qual é então aí a razão efetiva para termos encetado esforços para mudar o local da antena, o que é que aconselha os pais a fazer, é mudar a escola de sítio, é mudar a antena, eu não durmo descansado, porque tenho lá dois filhos.-----

---JOSÉ CARVALHO - José Abílio da Silva Carvalho, morador na Freguesia de Famalicão, sem filiação partidária, pai de uma aluna da D. Maria II. Começo por informar que gosto muito mais de fazer do que contestar, o senhor Presidente de Junta da Freguesia de Gavião pode assim confirmar, por exemplo, porque naquela ação de limpeza em outubro, num dia chuvoso estive presente. Agora e dando voz ao grupo de que faço parte, agradeço a oportunidade a esta Assembleia, que nos dá a oportunidade de apresentar os argumentos que

levaram um conjunto de pais a mobilizarem-se para exigir a remoção da antena de telecomunicações colocada no terreno pertencente à Santa Casa da Misericórdia, e que dista cinco metros da escola D. Maria II. E por que é que nos unimos e contestamos esta antena, porque temos uma certeza, a dúvida, nós não somos especialistas, mas somos cidadãos atentos que procuramos informação, que discutimos o assunto, e que concluimos que aquela não é a melhor localização para uma antena de telecomunicações, e porquê? Porque se há estudos que dizem não haver provas que as radiações de radiofrequência fazem mal, outros há no sentido oposto. Junto ao processo temos artigos da Universidade Expo Finlândia, Universidade de Tecnologia do Michigan, um artigo do Professor Hugo Gonçalves da Universidade de Évora, o Jornal Clínico de Oncologia da Sociedade de Oncologia Americana, temos também um estudo de caso do Departamento de Oncologia da Faculdade de Medicina da Universidade de Örebro na Suécia, vão todos no mesmo sentido. Citando Carl Sagan “ O primeiro pecado da humanidade foi a fé, a primeira virtude foi a dúvida”, concordamos que a Câmara Municipal tenha de tomar decisões complicadas sobre este tema, pois a nossa sociedade já não consegue viver sem rede, não aceitamos é que a decisão seja tomada à custa da rede de segurança que deve salvaguardar as populações de risco, crianças e idosos. Sim, temos de medir o risco, e quando há a mais pequena dúvida sobre a bondade de uma decisão, devemos seguir o princípio da precaução. Sim, senhor Presidente, pode voltar atrás na decisão, foi um erro, vai ter custos, mas há um bem maior em jogo, os nossos filhos, netos, enteados, sobrinhos e amigos. Estamos certos que a maioria dos seus munícipes vai perceber isso como um ato de sabedoria, persistir nesse erro será lido como um ato de teimosia. Agora as questões: Como vamos resolver a questão dos pais, encarregados de educação, que vão obviamente perante esta situação querer tirar os filhos daquela escola. Segunda questão, porque é que não houve uma discussão pública prévia sobre o tema. Mais uma vez obrigado e bom fim de semana. -----

---SANDRA PIMENTA - Excelentíssimo senhor Presidente da Câmara, senhoras e senhores Vereadores, há quatro assuntos sobre os quais gostaria de pedir esclarecimentos. Primeiro, sobre a Agenda Estratégica Para o Desenvolvimento Inclusivo -cito- “ O Município continuará a dedicar uma atenção especial às pessoas que vivem em condições de maior vulnerabilidade, mediante a disponibilização de um conjunto diversificado de apoios

sociais, em cooperação com outras entidades públicas e da sociedade civil.” Fim citação. Seria positivo para todos percebermos quem serão as entidades envolvidas assim como, de que forma se vai envolver a sociedade civil. Atendendo a que as juntas de freguesia são fundamentais nas respostas de proximidade... Questiono - Como se vai articular com as juntas de freguesia estas respostas? Senhor Presidente, vamos a casos concretos: uma pessoa que viva isolada, com tetos de chapa, ou telhas partidas que deixam entrar água da chuva, chão de terra, sem casa de banho, sem rendimentos, a não ser os pequenos trabalhos que vai arranjando e daí entenda-se, explorado. Considera que essa pessoa se enquadra na classificação de pessoas vulneráveis? Considera que essa pessoa, que vive à mercê da caridade dos outros, deverá ou não ser sinalizada pela sociedade civil? Partindo do princípio que o senhor Presidente concorda que situações limite exigem ações céleres... Pergunto... será que dois anos, depois de uma sinalização, onde se deduz que algo seja feito, para apoiar pessoas que vivem em situações deploráveis, dois anos sem respostas, não é um tempo demasiado longo? E neste contexto, questiono... Que verbas estão previstas no orçamento para este ano, destinadas à atribuição de habitação municipal? -----

--- Segundo assunto - Que ações estão previstas para dar cumprimento ao ponto 1 do artigo 2 da Lei 27/2016 de 23 de agosto? Em que o Estado assegura a integração de preocupações com o bem-estar animal no âmbito da Educação Ambiental, desde o 1.º Ciclo do Ensino Básico. Senhor Presidente, atendendo que não encontrei uma única referência nas Grandes Opções do Plano para 2020 aos programas CED e de lamentavelmente, ainda só terem colocado dois abrigos para colónias de gatos na cidade, questiono. Que medidas estão previstas para dar cumprimento à lei e assegurar estes programas por todo o Concelho? Também questiono que medidas estão as juntas de freguesia a desenvolver, de maneira a divulgar o cheque veterinário junto de famílias carenciadas. -----

--- Terceiro assunto - Peço esclarecimentos sobre a atribuição de apoios às juntas de freguesia. Atendendo que a Câmara atribuiu 5.500 € para a requalificação de uma rotunda em Ruivães, para, com base no pedido solicitado atribuir um aspeto mais digno ao local. Atendendo que a mesma foi alvo de uma intervenção há dois anos, não apresentava qualquer perigo para a segurança pública, numa freguesia com tantas carências sociais e ambientais, essas sim prioritárias. Atendendo que o critério do Código Regulamentar sobre Concessão

de Apoios, baseia-se no número 1 do artigo 59, mas o número 2 do mesmo artigo concede poderes à Câmara que avalie: Qualidade e interesse do projeto ou atividade; O potencial número de beneficiários e público-alvo dos projetos ou atividades; Adequação do orçamento previsto às atividades a realizar; Questiono se em algum momento os pressupostos do artigo 2 são considerados para atribuição dos apoios? Que tipo de avaliação e diligências são feitas a fim de apurar a necessidade das obras, da justificação do valor pedido, assegurando assim que o dinheiro que é público, é investido em real benefício da comunidade e assim promover a dignidade de quem lá habita.-----

--- Quarto assunto - Senhor Presidente, confirma-se que Famalicão não tem o plano Municipal de defesa da floresta contra incêndios atualizado ou com parecer vinculativo positivo do ICNF? E atendendo à divulgação da lista das freguesias com risco elevado de incêndio florestal, e o facto de não existir uma única freguesia do Concelho identificada como prioritária para efeitos de fiscalização...questiono. A que se deve esta não identificação? Que medidas estão a ser consideradas nesta matéria? Como ainda tenho vinte segundos queria deixar o repto à Mesa desta Assembleia para eliminar as garrafas de plástico. -----

---**HERMÍNIA NEVES** - Vivo na rua Alves Roçadas, tenho oitenta e dois anos e tenho lá um problema há minha porta, um parque automóvel. Alugaram aquilo para um parque de automóveis, que não tem condições, fazem um barulho, que até as portas a bater me incomodam. Tenho um problema de doença, tenho que descansar e não consigo. Já temos mandado para a Câmara a explicar, e nunca temos resposta. Eles não tem condições para ter lá um parque, o senhor Presidente se passar lá, na altura em que chove, a água leva a terra toda até à porta da rua. É um caso que já temos falado nisso para a Câmara, mas não temos tido resposta. -----

---**PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL** - Se me permitirem, procurarei ser breve, embora os temas exijam da minha parte e mereçam respostas completas e cabais, se os cidadãos Tiago Maia e José Carvalho não se incomodarem eu responderei em simultâneo a ambos, porque penso que o tema é comum. Eu devo renovar o que disse há pouco, tudo fiz até este momento no âmbito das minhas competências, e naquilo que dependia da minha capacidade de ação, junto da empresa para que a antena não seja colocada naquele espaço, e

quero acrescentar, tudo fiz e tudo continuarei a fazer. Acontece que, como há pouco também aqui referi, a Câmara Municipal vive num quadro legal, quem elabora as leis que regulam o nosso País, não são as Câmaras Municipais, nem é o Presidente de Câmara, há pouco foi feita aqui uma analogia com o aeroporto, pois, se calhar, se nós tivéssemos essa mesma prerrogativa a decisão poderia ser distinta. Quero também dizer que compreendo muito bem as vossas preocupações, eu nunca dei a minha opinião sobre o assunto, não posso, estou no exercício de uma função onde a minha opinião não é o que interessa, o que interessa é a minha decisão em função do quadro legal, não é a opinião do Presidente de Câmara, isto não é um cargo opinativo, não sou comentador, a minha opinião aqui não interessa, eu nunca disse qual era a minha opinião, mas tenho-a sobre o assunto, e na clausura do meu processo de decisão eu tenho que decidir, não é o único caso, há muitos outros casos, por ventura não são tão do domínio público como este, mas é a vida, quem é eleito para um órgão, seja na Câmara Municipal, seja na Junta de Freguesia, seja na Direção de um Agrupamento, seja em qualquer área, tem que tomar decisões, e muitas vezes não toma as decisões que quer, toma as decisões quem tem que tomar por força das circunstâncias. Quero dizer-vos que a nossa decisão não é alicerçada com base em conhecimentos da Câmara Municipal, não há lá nenhuma informação técnica de um Engenheiro Civil ou de alguém especialista nesta área, toda a fundamentação das decisões da Câmara Municipal está alicerçada em entidades externas. Quem são as entidades externas, há três entidades externas nesta matéria: a ANACOM, a Direção Geral de Saúde e a ARS Norte, são as três entidades que têm poder do ponto de vista da lei em vigor em relação a esta matéria, não sou eu quem define as entidades, é a lei que diz quem são as entidades máximas nesta matéria. A Direção Geral de Saúde, a quem foi pedido um parecer sobre esta matéria, encaminhou o mesmo para a ARS Norte. Eu quando recebi no dia trinta e um de janeiro este parecer da ARS Norte, o que eu pedi foi imediatamente um parecer jurídico acerca de como é que o Presidente de Câmara pode/deve proceder com base neste parecer. Não tomei nenhuma decisão com base no parecer da ARS Norte, eu pedi aos serviços jurídicos da Câmara Municipal que avaliassem como pode/deve proceder o Presidente de Câmara Municipal perante esta circunstância. E só depois de ter esse parecer que apontava inequivocamente no sentido da decisão que eu tomei, é que tomei a decisão que é conhecida e que vos trouxe aqui. Eu não quero, repito,

fazer um juízo de valores sobre os pareceres, nem sobre os seus considerandos, porque como sabem, o que vincula aqui é a decisão/conclusão do parecer, não são os considerandos. Se há circunstâncias dos considerandos que merecem nossa aprovação, nossa reprovação, é uma questão que obviamente fica ao critério de cada um, e que repito, que há pouco disse, eu nunca comuniquei a minha opinião pessoal acerca dessa matéria. Quanto à questão daquele seu melhor local para colocar a antena, claro, como já disse aqui há pouco e mantenho, eu nunca escolheria aquele local para por aquela antena, isto é absolutamente inequívoco. Se fosse a Câmara Municipal quem tivesse a responsabilidade de escolher o local, aquele nunca seria escolhido, é óbvio que não é fácil encontrar locais, mas nunca seria aquele, dada a proximidade inequívoca em relação à escola, em relação ao equipamento social da Santa Casa da Misericórdia e até em relação a uma comunidade habitacional que ali existe. Eu conheço muito bem aquele espaço, como devem imaginar e há colegas de Vereação que têm filhos naquele espaço, portanto, aquele assunto não é indiferente, nós também temos aqui pais com crianças naquela escola, como devem saber. Também quero dizer-vos que acho que todas as questões que aqui têm sido colocadas, aqui, não é só nesta Assembleia, em muitos outros fóruns, têm que ser levadas ao conhecimento das autoridades de Saúde, não é o Presidente de Câmara quem pode fazer isso, mas quem tem essas opiniões, essas dúvidas, essas percepções, esses pareceres científicos, que eu não ponho nenhum em causa, porque eu não tenho competência para avaliar esses pareceres, devem ser levados ao conhecimento dessas autoridades, repito o que eu já disse aqui há pouco. Se eu amanhã receber um parecer da ARS Norte a dizer: senhor Presidente temos dúvidas acerca da afetação da Saúde Pública daquela antena, imediatamente eu revogo a minha decisão, não tenho problema nenhum nisso, estou muito confortável em tomar essa decisão, eu só posso fazer aquilo que as autoridades me informam, eu não tenho competências do ponto de vista técnicas para conhecer esta situação, não posso ser intuitivo, compreendo todas as opiniões e preocupações, mas o Presidente de Câmara não decide com base na sua intuição, nem decide com base no clamor nem com base na contestação, um Presidente de Câmara é suposto que decida com base no quadro que lhe compete decidir, e se há matérias, daqui a pouco falarei sobre umas da área social, onde o Presidente de Câmara tem o largo âmbito de atuação, há outros onde um princípio chamado da vinculação nos obriga a tomar uma decisão, eu não

tenho folga, não tenho margem decisória nesta matéria, que tenho noutros casos, onde a exerço, aqui não tenho, e o parecer jurídico que vocês pensam que conhecem é inequívoco em relação a isso, eu não posso fazer de conta que há um parecer jurídico e que há um parecer técnico da autoridade de saúde que apontam num sentido e decidir de forma absolutamente contrária, porque essa é a minha intuição, porque essa é a percepção da comunidade, porque esse é o receio legítimo que têm, tudo isso é verdade, mas isso não pode ser circunstância a ponderar no meu processo de decisão, e repito, nós não estamos aqui a criar esses quadros legais, estamos aqui para os respeitar. Quanto as questões concretas que nos trouxeram, sobre a questão de tirar os filhos da escola, eu espero sinceramente que isso não aconteça, espero que isso não aconteça! E espero que isso não aconteça, porque espero que haja uma clarificação, e às vezes a clarificação é do ponto de vista de opinião em relação à matéria. Eu acho que quando este tema começa, nós devemos estar todos perdidos em relação ao resultado, quando peço o parecer a uma identidade, tenho que estar confortável para decidir em função do parecer que eu pedi, se não, não pedia. Quando alguém tem dúvidas sobre um assunto, e há uma autoridade que diz é assim, eu tenho que aceitar, posso manter algumas dúvidas, mas tenho que agir em conformidade, porque se não a nossa sociedade viverá numa instabilidade permanente. Quando nós temos um problema de saúde, nós socorremo-nos de quem tem competência para avaliar a nossa situação e atuamos normalmente em conformidade, não é comum atuarmos com base na nossa intuição, se o médico disse A, nós seguimos A, não seguimos B, porque é suposto que o médico tenha a formação e a competência para que me informe da decisão que eu devo tomar. Eu espero que a comunidade escolar tenha esta percepção em relação ao tema, eu percebo as preocupações, percebo que vivemos num contexto global onde há vários temas, foram citados aqui alguns exemplos, que não ponho nenhum deles em causa, mas também é bom que nós tenhamos condições para nos ajustar aquilo que for uma eventual conclusão final das entidades que são competentes, que o Presidente de Câmara não as nomeia, não as substitui, nem pode estar em desacordo formal com as suas decisões. Espero que a escola também aceite esse processo decisório. Quanto à outra questão da discussão pública, a Câmara não fez uma discussão pública porque o processo não está submetido do ponto de vista legal a discussão pública, o que a lei obriga foi o que a Câmara fez, este tema foi

tratado como muitos outros de antenas ou de outros equipamentos, alguns análogos a este que são colocados nesta situação, se a lei não estabelece a discussão pública, não pode a Câmara Municipal realizá-la, embora saiba que a escola promoveu alguns debates, algumas sessões de esclarecimento junto da comunidade escolar. Portanto, em sede de conclusão sobre esta matéria deixar bem claro, não tenho nenhuma poção de princípio sobre este tema, não tenho, não tenho nenhum conhecimento científico, não tenho nenhuma opinião, ou melhor, tenho opinião mas não transmiti, nem transmitirei a minha opinião sobre esse assunto, porque, repito, eu sou Presidente de Câmara, estou a investir dessas funções e é nessas funções que aqui estou, e portanto aceitarei qualquer alteração de uma forma absolutamente confortável, repito, se amanhã houver uma sessão judicial que suspenda, que revogue, que anule aquela decisão, eu estou muito confortável para a cumprir, não usarei nenhum mecanismo dilatório para fazer vingar a minha posição, porque a posição não é minha, esta posição é do Presidente de Câmara perante o quadro legal que vigora, não é uma posição pessoal, não é uma posição opinativa, não é o exercício de um qualquer poder de conformação, é o cumprimento estrito de uma obrigação. -----

--- Quanto à intervenção da cidadã Sandra Pimenta, relativamente à Agenda Estratégica Para o Desenvolvimento Inclusivo. Sandra Pimenta eu precisava que você me ajudasse mais, porque você não me disse do que é que falava, eu não adivinho, não sei qual é o caso, a senhora não deve imaginar, mas há centenas de casos se calhar como aquele que aqui fez vir, eu não sei qual é o caso concreto, nem posso adivinhar, porque não me deu nenhuma pista, e portanto eu esperava que fizesse uma pergunta concreta, aquilo que fez foi uma pura insinuação acerca de um caso que é desconhecido da minha pessoa. Eu pedia que os cidadãos, como aconteceu com a Sandra Pimenta, me fizessem perguntas claras, identificassem o local, a rua, quem é a pessoa, para que eu pudesse responder, a senhora fez-me uma pergunta a que eu não posso responder, porque eu não percebo a pergunta, não sei de que é que fala, confesso, gostava de saber, mas não sei. Mas contudo, devo dizer-lhe o seguinte, esta estratégia funciona, e bem, sabe porquê, porque estão aqui as senhoras e os senhores Presidentes de Junta, porque estão lá fora as IPSS, estão as Conferências Vicentinas, estão Agrupamentos de Escuteiros, estão Empresas, está a Sociedade Civil que muito tem feito neste processo, muito tem feito neste processo, eu espero que não haja

nenhum caso como aquele que aqui trouxe, mas se houver, imagine os que haveria, não fosse o trabalho que tem sido executado no território, estou muito confortável nesta matéria, não há caso nenhum perante o qual fiquemos indiferentes, e por isso eu gostava que me dissesse qual era o caso, para que pudesse também atuar, portanto peço que se quiser de uma forma qualquer, fazer-me chegar qual é a situação para que eu possa ajudar a debelá-la. Devo dizer também em relação a isso, nós temos um projeto Casa Feliz, que penso que conhece, que tem duas áreas de intervenção, a primeira são as obras nas edificações, a segunda é o apoio à renda, nós apoiamos mais de cento e cinquenta famílias Dona Sandra, mais de cento e cinquenta famílias em Famalicão com o apoio à renda, são já centenas as intervenções em habitações na reformulação das suas condições, temos socorrido a todas as situações que justificam essa intervenção, não há nenhuma exceção onde possamos intervir, e não tenhamos feito essa mesma intervenção, portanto em relação a esta Agenda Estratégica, repito, estamos muito confortáveis. Quanto ao bem-estar animal, temos feito muito nesta matéria, eu sei que há mais para fazer, claro que há, não estou aqui a dizer que fizemos tudo, há um centro de recolha e tratamento animal que está a obra a avançar e que será uma realidade muito em breve. Um centro que não se limitará a ser um espaço novo, será uma valência qualificada para os cuidados com os animais e para o acompanhamento da sociedade civil em relação aos cuidados tidos com os animais. Já agora desafio a perceber uma coisa, o que é que fazem os concelhos vizinhos em relação aos animais, imagine que há um concelho vizinho e compreenda que eu não possa citar qual, mas é fácil saber, que não procede à recolha dos animais, sabe qual é a consequência, esses animais do concelho vizinho vêm todos para Famalicão, o que está a acontecer neste momento é que há animais que são recolhidos pela Câmara Municipal, e que não são provenientes do território famalicense. Nós fazemos a recolha de todos os canídeos errantes, todos os canídeos errantes são recolhidos, sem exceção, eu desafio-a a verificar nos concelhos limítrofes quem é que faz isto. Isto é um esforço brutal dos serviços municipais, há muito para fazer, claro que há, mas o muito que temos feito é um sinal inequívoco de que vamos obviamente continuar a fazê-lo. Quanto à questão que colocou da Junta de Freguesia não lhe vou responder, quer dizer, vou responder, vou é dizer-lhe que eu não ponho em causa a autonomia dos e das senhoras Presidentes da Junta, eles são perfeitamente autónomos, o

Presidente de Câmara não tutela as Juntas de Freguesia, só faltava mais essa! Ainda que a lei o permitisse, e não permite, portanto não me posso pronunciar sobre o caso concreto, se refere um Presidente de Junta que não merece nenhum tipo de suspeita. Sobre a questão dos incêndios, eu não sei qual foi a sua informação, nós temos um Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios que está em cumprimento normativo em vigor, era isso que eu lhe queria dizer. -----

--- Quanto à última questão que aqui me foi trazida pela Dona Hermínia, Dona Hermínia eu também compreendo, essa decisão já foi trazida por uma pessoa, não sei se é seu familiar, já há uns tempos falou comigo e falou com os serviços da Câmara Municipal. Aquele espaço é um espaço privado, não é um espaço público, há regras, aquele espaço cumpre do ponto de vista urbanístico as regras em vigor, nós não temos forma de lá intervir. Sempre que há um conflito entre privados, a competência não é da Câmara Municipal, é do Tribunal. A situação que aqui trouxe é claramente uma situação judicial, só o Tribunal é que pode averiguar como proceder perante essa situação, o Presidente de Câmara não pode invadir a propriedade alheia e tomar decisões que não são da sua competência, uma vez mais há um quadro legal a respeitar e eu tenho que o respeitar. Conheço a situação, compreendo a vossa preocupação, repito, há uma pessoa que não sei se é seu familiar, já me abordou nesse sentido, a ele disse o mesmo que aqui estou a dizer a si, é uma questão entre privados, do foro judicial, o único que pode avaliar a mesma situação. -----

--- E nada mais havendo a tratar, foi dada a reunião como encerrada às vinte e três horas e quarenta e seis minutos.-----

----- **O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL EM EXERCÍCIO** -----

----- **O SECRETÁRIO** -----

--- Fazem parte integrante desta ata os seguintes documentos:-----

--- Registo de Presenças; -----

--- Voto de Saudação apresentado pelo Grupo Municipal da CDU. -----

--- Voto de Pesar apresentado pelo Grupo Municipal do Partido Socialista. -----

--- Moção apresentada pelo Grupo Municipal do Bloco de Esquerda. -----

